

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

LIDERANÇAS – 2017

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PMDB – PT – PRB – PR – PCdoB – PTdoB – PROS)	
Líder	Deputado André Quintão
Vice-Líderes	Deputado Arnaldo Silva Deputado Celinho do Sinttrocel Deputado Douro Jean Freire Deputada Rosângela Reis

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PSD – PSB – PPS – PSC – PEN – PHS – PTC – PSC)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Anselmo José Domingos Deputado Emidinho Madeira Deputado Fabiano Tolentino Deputado Fred Costa Deputado Antonio Lerin

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PDT – PTB – DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Bonifácio Mourão Deputado Dilzon Melo Deputado João Leite Deputado Luiz Humberto Carneiro Deputado Tito Torres

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Tadeu Martins Leite

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cristiano Silveira Deputado Dirceu Ribeiro

Deputado Fábio Cherem Deputado Gustavo Santana

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Vice-Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputada Elismar Prado	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMMP	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Presidente
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	Vice-Presidente
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	Presidente
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Elismar Prado	PDT – BVC	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	Vice-Presidente
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		

Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Ione Pinheiro	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	Presidente
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	

Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG
Deputado Hely Tarquínio	PVC – BMG
Deputado André Quintão	PT – BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC
Deputada Arnaldo Silva	PR – BMM
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	Presidente
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Felipe Attie	PTB – BVC	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Bosco	PV – BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	Vice-Presidente
Deputada Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	Presidente
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	

Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado João Leite	PSDB – BVC
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB - BVC	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado Coronel Piccinini	PSD – BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	

Deputado Gil Pereira	PP – BVC
----------------------	----------

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	

Ouvidor-Geral: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO

- 1 – ATA**
 - 1.1 – Reunião de Comissão
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATA**



ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/4/2017

Às 11 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fábio Cherem, Celinho do Sinttrocel e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fábio Cherem, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber,

discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Márcio Gonçalves Pinto, presidente da Câmara Municipal de Itaúna, que convida os membros da comissão para audiência pública a ser realizada em 10/5/2017, com o objetivo de discutir os problemas enfrentados pelos usuários da Rodovia MG-050. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.707 e 1.949/2015; 5.093, 5.935, e 6.271/2016; 6.589, 6.592, 6.593 e 6.594/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.676, 7.678, e 7.773 a 7.781/2017. É recebido pela presidência, submetido a votação, e aprovado o Requerimento nº 7.864/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com a empresa jornalística Opinião pelos 50 anos de sua fundação. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 7.865/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para liberar recursos para asfaltamento de vias urbanas no Município de Passa-Tempo;

nº 7.866/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para liberar recursos para asfaltamento de vias urbanas no Município de Ubaporanga;

nº 7.867/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para liberação de recursos para asfaltamento de vias urbanas no Município de Barra Longa;

nº 7.868/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para liberação de recursos para asfaltamento de vias urbanas no Município de Paula Cândido;

nº 7.869/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para liberação de recursos para asfaltamento de vias urbanas no Município de Santo Antônio do Gramma;

nº 7.870/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para liberação de recursos para asfaltamento de vias urbanas no Município de Rio Casca;

nº 7.871/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para liberar recursos para o asfaltamento de vias urbanas no Município de Caputira;

nº 7.872/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para liberar recursos para asfaltamento de vias urbanas no Município de Vermelho Novo;

nº 7.873/2017, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado João Leite, em que requerem seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater e solicitar providências quanto aos recorrentes e graves acidentes ocorridos no Anel Rodoviário;

nº 7.874/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada visita conjunta com a Comissão de Cultura à futura sede da Empresa Mineira de Comunicação;

nº 7.875/2017, do deputado Cássio Soares, em que requer seja realizada audiência pública para debater as condições da balança de pesagem localizada entre os Municípios de Pratápolis e Itaú de Minas, considerando as inúmeras denúncias de irregularidades e divergências, com extremo prejuízo para os caminhoneiros de carga que trafegam pela região;

nº 7.876/2017, do deputado Fábio Cherem, em que requer seja realizada audiência pública para debater a prestação de serviço de transporte intermunicipal de passageiros entre os Municípios de Esmeraldas e Belo Horizonte;

nº 7.877/2017, do deputado Fábio Cherem, em que requer seja realizada audiência pública em Capelinha, para debater a prestação do serviço de telefonia móvel no município.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2017.

Fábio Cherem, presidente – Anselmo José Domingos – Celinho do Sintrocel – Gustavo Santana.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 19/4/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 148/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao corregedor-geral de Polícia Civil pedido de informações sobre a conclusão da Sindicância Administrativa nº 216.488/2014, instaurada contra o delegado de Polícia Civil Vinícius da Costa Miguel, e sobre as providências adotadas quanto a comentários postados pelo delegado nas redes sociais a respeito da ação parlamentar do deputado Sargento Rodrigues, no que tange aos agentes penitenciários contratados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.284/2015, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as expectativas de prosseguimento das obras da via de acesso ao aeroporto de Juiz de Fora, explicitando-se o cronograma de execução das obras e de repasses de recursos financeiros a esse município para fins de efetiva finalização das obras do Hospital Regional de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.317/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Copasa Águas Minerais de Minas para concessão do envasamento de água mineral nos Municípios de Araxá, Caxambu, Cambuquira e Lambari, acompanhado de pedido de envio de cópias do referido contrato, do distrato que culminou no seu rompimento e do novo contrato temporário, celebrado com a mesma empresa e para a mesma finalidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.318/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Planejamento o pedido de informações que menciona, sobre o Quadro de Pessoal do Estado em 2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.384/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao diretor do Instituto de Criminalística de Belo Horizonte pedido de informações sobre os dados que demonstram a existência da demanda de convocação de excedentes ao cargo de perito criminal, objeto do concurso público da Polícia Civil de Minas Gerais cujo edital é de 2013. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.385/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil pedido de informações sobre a morte de Leonardo Diogo Pereira Pires, em consequência de descarga elétrica sofrida enquanto trabalhava em uma cerâmica na cidade de Araguari, conforme noticiado pelo vereador José Donizetti Luciano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.408/2015, da Comissão de Administração Pública, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os impactos do atraso da votação do Projeto de Lei nº 1.660/2015, sobre a quantidade de agentes de segurança prisional e de agentes socioeducativos demitidos em razão da impossibilidade legal de prorrogação de seu contrato, sobre as unidades que ficarão sem servidores e sobre a quantidade de servidores que serão demitidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.417/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o programa Mães de Minas, relativas ao seu andamento, às diretrizes atuais e ao número de gestantes e crianças cadastradas e acompanhadas por meio de sua central de atendimento telefônico. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.419/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o total de recursos financeiros destinados à construção do hospital público regional da macrorregião de Divinópolis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.420/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o repasse de recursos financeiros ao Hospital São João de Deus, de Divinópolis, nos últimos oito anos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.918/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre organograma de projeto a ser executado no Município de Jacutinga. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.330, que acrescenta o § 4º ao art. 15 da Lei nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.331, que acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.394, que acrescenta parágrafo único ao art. 64 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.402, que autoriza o Poder Executivo a permutar o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.628/2015, do deputado Duarte Bechir, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Sebastião da Bela Vista o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.962/2015, do deputado Douglas Melo, que obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor o acesso a informações sobre empreendimentos imobiliários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Desenvolvimento Econômico opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 13/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que proíbe os médicos dos hospitais da rede pública de saúde do Estado ou os que recebam recursos públicos de recusar atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 19/4/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 19/4/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Resolução nº 11/2015 e Projeto de Lei nº 1.420/2015, do deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.524, 6.647, 6.648, 6.649, 6.650, 6.655 e 6.656/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel; 6.534/2017, do deputado Geraldo Pimenta; e 6.706/2017, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 19/4/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.833/2015, do deputado Lafayette de Andrada.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 19/4/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.488/2015, do deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.768/2016, do deputado Cássio Soares.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 19/4/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Projetos de Lei nºs 4.116, 4.120 e 4.121/2017, do deputado Durval Ângelo, todos no 1º turno; 4.009/2017, da deputada Ione Pinheiro, e 4.032/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, ambos em turno único; e 3.081/2015, do deputado João Alberto; 3.176/2016, do deputado Doutor Jean Freire; 3.282/2016, do deputado Professor Neivaldo; 3.702/2016, do deputado Léo Portela; 3.909/2016, da deputada Ione Pinheiro; 3.982/2017, do deputado Cássio Soares; 3.994/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes; 4.000/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.008/2017, do deputado Duarte Bechir; 4.030/2017, do deputado Gustavo Santana; e 4.051/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, todos no 1º turno.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.517/2015, do deputado Carlos Pimenta; 1.703/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.827/2016, do deputado Ivair Nogueira; 3.834/2016, do deputado Cássio Soares; 3.838/2016, do deputado Ivair Nogueira; 3.903/2016, do deputado Ulysses Gomes; 3.918/2016, do deputado Rogério Correia; 3.944/2016, do deputado Gil Pereira; 3.961/2016, do deputado Paulo Lamac; 3.992/2017, do deputado Noraldino Júnior; 3.998/2017, do deputado Emidinho Madeira;

4.012/2017, do deputado Gustavo Corrêa; 4.022/2017, do deputado Fábio Avelar Oliveira; 4.033/2017, do deputado Emidinho Madeira; 4.040/2017, do deputado Cássio Soares; 4.043/2017, da deputada Geisa Teixeira; 4.066/2017, do deputado Duarte Bechir; 4.076/2017, do deputado Iran Barbosa; 4.079/2017, do deputado Agostinho Patrus Filho; e 4.099/2017, do deputado Leonídio Bouças.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 19/4/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n.ºs 3.424/2016, do deputado Bosco, 3.675/2016, do deputado Ivair Nogueira, 3.876/2016, do deputado Antônio Jorge, e 3.985/2017, do deputado Leonídio Bouças.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n.ºs 6.654/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, e 6.771/2017, do deputado Léo Portela.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 19/4/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 19/4/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n.ºs 3.054/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.063/2015, do deputado Cristiano Silveira; 3.400/2016, do deputado Braulio Braz; 3.608/2016, do deputado Nozinho; 3.682/2016, do deputado Doutor Jean Freire; 3.755/2016, do deputado André Quintão; 3.817/2016, do deputado Antonio Carlos Arantes; 3.837/2016, do deputado Ivair Nogueira; e 3.855/2016, do deputado Duarte Bechir.

Requerimentos n.ºs 6.693/2017, do deputado Inácio Franco, e 6.695/2017, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E
OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS
15H30MIN DO DIA 19/4/2017**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 19/4/2017**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco os deputados Arnaldo Silva, Leandro Genaro, Nozinho e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/4/2017, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater as políticas de atenção à pessoa com transtorno do espectro do autismo – TEA.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2017.

Duarte Bechir, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão Extraordinária de Acerto de Contas entre Minas e a União

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Cássio Soares, Felipe Attiê e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 19/4/2017, às 10 horas, às 10h30min e às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2017.

Tadeu Martins Leite, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.133/2015**Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas****Relatório**

De autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Unidade Terapêutica Liberdade – Utel –, com sede no Município de Itajubá.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.133/2016 pretende declarar de utilidade pública a Unidade Terapêutica Liberdade – Utel –, com sede no Município de Itajubá, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo assistir e promover a recuperação de pessoas dependentes de álcool e outras drogas.

Com esse propósito, a instituição oferece escolas especializadas, tendo em vista a inclusão produtiva dos indivíduos dependentes de drogas; orienta e auxilia seus beneficiados na readaptação ao meio social; e promove palestras, pesquisas e divulgação de dados referentes aos dependentes químicos.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Utel no Município de Itajubá, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.133/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2017.

Gilberto Abramo, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.783/2016**Comissão de Agropecuária e Agroindústria****Relatório**

De autoria do deputado Gil Pereira, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Logradouro, com sede no Município de Santa Fé de Minas, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Agropecuária e Agroindústria.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.783/2016 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Logradouro, com sede no Município de Santa Fé de Minas.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, integrar seus beneficiários ao mercado de trabalho, através da promoção de cursos profissionalizantes em atividades agropecuárias; e desenvolver comunitariamente a agricultura, por meio da integração com órgãos afins, buscando o aumento da produção e a melhoria do bem-estar da comunidade.

A associação objetiva, ainda, buscar meios de exportar e promover a exportação dos produtos de seus associados, além de formas de adquirir, construir e alugar imóveis para instalações administrativas, tecnológicas, de apoio à produção e guarda e conservação da produção dos associados.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela associação em prol dos pequenos produtores rurais da região, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.783/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2017.

Isauro Calais, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 11/4/2017

O deputado Douglas Melo* – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde. Cumprimento os deputados, as deputadas, o pessoal da TV Assembleia. Há mais de quatro anos venho me empenhando e lutando por uma segurança pública de melhor qualidade. Posso dizer que essa é uma bandeira que muito me orgulha, mas que se torna cada vez mais complicada no Brasil. Desde quando fui eleito vereador na cidade de Sete Lagoas, escolhi esse caminho. Depois, como deputado estadual, consegui, de certa forma, levar recursos, trabalhar mais diretamente ao lado das polícias. Falo dessas dificuldades, Sr. Presidente, porque a cada dia em nosso país surge um fato novo relacionado com a segurança e a violência.

Na última semana, um fato foi muito comentado em Minas Gerais – e realmente tem de ser comentado. Trata-se do assassinato de uma mulher de 39 anos, deputado Gustavo. Foi o assassinato de mais uma mulher em nosso estado, o qual não pode ser esquecido. Nós não podemos nos anestesiar com mais um crime, porque a cada dia aparece uma brutalidade em relação à mulher, uma brutalidade em relação ao cidadão de bem. Parece que isso é algo comum. Só se fala que a segurança no Brasil está piorando, que há impunidade.

Na semana passada, eu abordei – e hoje serei ainda mais profundo na minha fala – a forma como estamos tratando a segurança pública. A mulher foi abordada por bandidos quando saía do trabalho em Belo Horizonte, ou seja, ela estava vivendo num mundo, e os bandidos, em outro, mas infelizmente eles se encontraram. Por que eu digo que ela estava num mundo e os bandidos, em outro? Porque ela estava saindo de um trabalho que acabara de conquistar e os bandidos estavam circulando o dia todo, esperando uma vítima em potencial para abordar, querendo roubar o seu carro.

Eles a pegaram. Fizeram, então, o sequestro-relâmpago. Não se dando por satisfeitos, mataram-na cruelmente com um cadarço de tênis. Eram quatro: três maiores e um menor de idade. Depois do assassinato, o que chama a atenção é que três disseram assim: “Só um quis matar, porque ele estava com ódio nos olhos, ninguém conseguia segurá-lo”. Mentira deles! Provavelmente, os defensores dos direitos humanos ou outros já estão passando a mão na cabeça deles, dizendo: “Tadinhos, queriam só assaltar, porque não tiveram oportunidade na vida”. Mentira! Se quisessem, teriam impedido o assassinato de uma mulher de 39 anos. Ela foi morta cruelmente. Seu corpo foi encontrado num córrego da região metropolitana.

O depoimento do marido da vítima chama muito a atenção, na verdade, é o seu desabafo. O que ele diz? Aqui na reportagem do jornal diz que, primeiramente, ele fez a postagem, em caixa-alta, no Facebook: “Enforcou ela com um cadarço de tênis”. Diz depois: “A violência venceu dessa vez”. Queria dizer, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que a violência não venceu dessa vez; infelizmente, ela está vencendo na maioria das vezes. Por mais que busquemos recursos para as nossas polícias, na verdade, é um ralo, onde o dinheiro cai e praticamente some. Só no ano passado, em Minas Gerais, foram presos mais de 20 mil cidadãos envolvidos em crimes de diversas modalidades e situações, e, na verdade, houve 600 prisões. Eram criminosos envolvidos em crimes de alto impacto para a população.

Sempre estou dizendo uma coisa aqui nesta Casa. Com relação à situação do goleiro Bruno, de quem pouco foi dito, mas acho que temos de chamar para esse debate, não temos de discutir se ele realmente deveria ser solto porque o TJ demorou a julgá-lo, mas vamos olhar na prática. Será que é justo uma pessoa que foi acusada de mandar matar a mãe de seu filho, de esquartejá-la, estar aí agora jogando no Boa Esporte, num time de futebol? Ser jogador é bom. Apesar de ser muito digna, é uma profissão até leve. Será que é justo darmos uma visibilidade para uma pessoa que cometeu um crime como o que ele cometeu? Outro dia, fiz uma postagem, até para provocar, e várias pessoas no meu Facebook disseram: “Absurdo, deputado. O Bruno merece uma segunda chance. Todo o mundo que erra merece uma segunda chance”. Por que essa mulher não teve uma segunda chance? Ela não faria nada com os caras. Estava dirigindo um Ford 2003. Se queriam roubar o carro dela, que o roubassem e a liberassem. Ela não faria nada com os bandidos, pois eram quatro. Se a tivessem deixado seguir o seu caminho, nada aconteceria, mas não, preferiram matar, porque escolheram o crime como forma de vida. Então, deputados, não há segunda chance para o cidadão de bem. Sempre temos de dizer isso aqui na Assembleia Legislativa. Apesar de a mudança do Código Penal e do Código de Processo Penal acontecer em Brasília, não podemos mais mentir para o povo.

Essas ações que vêm sendo adotadas ao longo dos anos não têm surtido nenhum efeito para o cidadão de bem. Como o Estatuto do Desarmamento está acontecendo? Da forma como o cidadão hoje luta e não consegue o seu porte de arma, da forma como o menor é tratado no Brasil, da forma que as leis a cada dia deixam o bandido com maior certeza de impunidade, pode-se gastar o que for com policiamento que não vai resolver.

Aí muita gente pode dizer: “Douglas, você não é da área de segurança pública”. Não sou, mas posso falar porque trabalho com isso há mais de quatro anos, deputado Carlos Pimenta. Luto na minha cidade e na minha região há mais de quatro anos por melhor segurança pública. E agora, como deputado, pude me aprofundar ainda mais.

E os caras têm a certeza da impunidade. Em São Paulo, na semana passada, um cara acusado de matar foi liberado depois de se apresentar, e sua irmã saiu dando adeusinho aos cinegrafistas e rindo dos policiais. E a família da mulher que foi morta na região metropolitana? Foi morta uma mulher de 39 anos, um ser humano. O impacto que essa família sofreu e está sofrendo será irreparável. Duvido muito que alguém dos direitos humanos tenha ido à casa dela. Duvido muito que alguém tenha ido lá para saber de seu marido o que ele tem sentido.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Primeiramente, quero cumprimentá-lo pelo tema do seu pronunciamento. Se nós utilizássemos todo o tempo que temos para levantar questões iguais a essa, para propor ações a fim de melhorar a segurança em nosso estado, ainda seria pouco. Douglas, estamos vivendo um período em que as pessoas matam sem o menor remorso, sem um pingão de

remorso. As pessoas tiram a vida de jovens, de pais de família, matam como se isso fosse diversão. É necessário que o Estado de Minas Gerais, o nosso estado, apresente um programa. Queremos saber com quem podemos contar no Estado de Minas Gerais. Temos uma polícia que faz das tripas coração, uma polícia correta, séria.

No meu primeiro pronunciamento na Comissão de Direitos Humanos, disse que, até que se prove o contrário, o policial militar e o policial civil são considerados exemplo de heróis para o povo de Minas Gerais, porque fazem muito mais do que podem fazer. É necessário enxergar a segurança pública como prioridade, mas uma verdadeira prioridade. Não se faz segurança pública sem recursos, sem equipar a polícia, sem repor as perdas dos policiais abatidos em serviço, sem repor as perdas dos policiais que passam para a reserva. E, para abrir um concurso, demora-se muito tempo. É necessário, de certa maneira, haver policiais militares em quantidade suficiente, haver equipamentos e programas em que a polícia vai ao encontro do jovem, consegue alcançar o jovem antes de ele cair nas malhas do narcotráfico, principalmente.

Parabéns. Esse tema tem de ser debatido amplamente, tem de ser debatido todos os dias aqui, para mostrar que Minas Gerais precisa de uma palavra oficial dos governos estadual e federal que venha ao encontro do medo e do anseio do povo de nosso estado. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Quero cumprimentar V. Exa., que traz a esta tribuna um tema muito importante. No que diz respeito a suas ponderações e a sua defesa veemente das vítimas de criminosos, V. Exa. tem total apoio e respeito por parte deste deputado. É preciso inverter a ordem, porque há no País uma inversão de valores, há uma proteção exacerbada, exagerada para criminosos, para bandidos, e as vítimas, uma vez mortas, nunca mais retornam.

Só para se ter uma lembrança disso – V. Exa. faz parte da Comissão de Defesa do Consumidor –, o gerente do nosso Procon estadual, do Procon da Assembleia, o Sr. Alexandre Werneck, estava passando o feriado na Serra do Cipó com a sua namorada, que se chamava Lívia Viggiano. Isso foi antes de V. Exa. chegar aqui, foi um ano antes.

Eles foram vítimas de três bandidos criminosos, que, além do sequestro, naquele primeiro momento, seguido de roubo à mão armada, obviamente para efetivar o sequestro, estupraram Lígia Viggiano, mataram e roubaram o casal, levaram seus pertences e botaram fogo no carro deles. Um deles era até menor e sofreria, se sofresse, uma medida de internação de, no máximo, três anos. Era gerente do Procon da Assembleia; tão perto de nós, para V. Exa. entender o que é essa relação.

Permita-me fazer somente um adendo à fala de V. Exa. Sobre a impunidade, talvez aqui não tenha outro deputado para ser tão crítico da morosidade processual penal e da frouxidão do direito penal brasileiro quanto este deputado. Sou um ferrenho defensor do pensamento de que a legislação brasileira simplesmente incentiva o crime. Ela não pune na medida da gravidade do crime.

Mas o deputado Carlos Pimenta foi muito feliz. Hoje, em Minas Gerais, e já estamos vivendo essa frouxidão há muito tempo... Os “esquerdopatas” do País não deixam mudar a lei, porque eles fazem um alvoroço no Congresso, fazem de tudo para não permitir o endurecimento da legislação penal. Falo da “esquerdopata” com alguns integrantes do meu partido, do PDT – não são todos, mas alguns. Queria dizer a V. Exa. que hoje, em Minas Gerais, está faltando feijão com arroz.

Falo isso porque fui policial militar por 15 anos no combate ao crime, há 18 anos escuto sobre essa matéria e há quatro biênios presido a Comissão de Segurança Pública. O governo retirou, apenas do custeio da Polícia Militar, em dois anos, R\$223.000.000,00 e reduziu o investimento da Polícia Civil, em dois anos, em mais de R\$30.000.000,00. As forças policiais estão sucateadas. Nosso gabinete visitou 17 municípios na região do Vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas. Faltam coletes, que estão vencidos; está vencida também a munição; faltam armamento pesado e policiais qualificados para o manuseio; as viaturas estão em péssimo estado, e as instalações físicas dos quartéis estão piores ainda. Falta feijão com arroz: investimento, custeio e efetivo. Mas não foi isso que o governador prometeu na campanha.

O deputado Douglas Melo – Sr. Presidente, vou encerrar. Quero terminar minha fala dizendo que concordo com as falas que foram expostas aqui, mas o que falta realmente em nosso país é lei para deixar bandido atrás das grades. Enquanto não houver lei,

vamos gastar e gastar com policiais, com viaturas, com estrutura. O que resolve o problema é a correia atrás da porta. Lá em casa, eu tinha muito medo de fazer algo errado na escola, porque meu pai tinha uma correia atrás da porta. Ele não me batia com a correia, a não ser que eu aprontasse algo. O que faz esses bandidos continuarem a cometer crimes é a certeza de que não existe uma lei específica no Brasil para deixá-los atrás das grades, a começar pelo estuprador, que mancha a vida de uma mulher para sempre, e por esses assassinos que mataram essa jovem em Belo Horizonte – acabaram com a vida dela e com a dos familiares dela. Daqui a um tempo, eles estarão nas ruas de novo. Se estivéssemos em uma cidade com um efetivo de mais de mil policiais, acho que ainda seria insuficiente, porque esses caras, a cada dia, brotam da terra, por terem a certeza da impunidade. Que em Brasília eles ouçam a nossa voz e a voz das ruas. Está insustentável viver em um País em que não existe lei para prender o bandido e para que ele fique lá para cumprir sua pena. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Valadares* – Sr. Presidente, o duro de falar depois do Douglas Melo é por conta da voz, não é? Um radialista com um vozeirão daqueles...

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o assunto que me traz aqui, conforme antecipei enquanto discutia a ata da reunião anterior, é o Projeto de Lei nº 4.135. Vim a esta tribuna para falar a respeito do projeto do governador Fernando Pimentel que cria seis fundos, entre os quais dois são imobiliários, e para alertar a população de Minas, em especial os meus 76 colegas desta Casa.

V. Exas., pelo menos a grande maioria, ao longo dos últimos dois anos, tiveram o dissabor de votar, pressionados pelo governo, o aumento de impostos. A maioria dos deputados desta Casa votaram pelo aumento de impostos na energia, em medicamentos e em serviços de comunicação. Mais do que isso, a maioria dos deputados desta Casa já tiveram o dissabor de, também pressionados pelo governo do PT, votar o sequestro dos depósitos judiciais, de uma mãozada só. Autorizado pela maioria dos deputados desta Casa, o governo do PT meteu a mão em R\$5.000.000.000,00 de particulares.

Aqueles que votaram favoravelmente a esse projeto vivem se escondendo de advogados, da OAB e até mesmo do Tribunal de Justiça, que, no primeiro momento, havia sido favorável ao projeto do governo. Mas hoje o TJ se sente apertado e constrangido porque não há um centavo sequer para o pagamento de sentenças. Não há como retirar R\$1,00 das contas do fundo de depósitos judiciais.

A maioria dos deputados desta Casa teve o dissabor, ao longo dos últimos anos, de participar, em especial, dessas duas medidas impopulares e que trarão problemas para V. Exas. no ano que vem. Aumento de impostos? Autorizar o governo a buscar dinheiro dos depósitos judiciais? Agora o governo do PT encaminha a esta Casa mais um projeto que será considerado impopular – se é que já não está sendo considerado tão impopular ou até mais impopular do que os dois que citei.

O governo de Fernando Pimentel, o governo do PT em Minas quer abrir mão do patrimônio do Estado para arrecadar agora, num breve espaço de tempo, R\$4.000.000.000,00, R\$5.000.000.000,00, mas terá a obrigação de pagar mais de R\$30.000.000.000,00 pelos próximos 50 anos com custas de aluguel, dívida que não tem hoje. Este é o projeto que o governador Fernando Pimentel quer que V. Exas. aprovem, um projeto que vende o patrimônio do Estado. Mais do que isso, a maioria dos pares desta Casa visitam suas bases no interior e sabem que em quase todas as cidades – para não dizer que é na totalidade – existem imóveis estaduais que estão cedidos à prefeitura, como no caso de Iguatama. Lá a prefeitura usa um imóvel pertencente ao Estado. Entidades filantrópicas – Apaes, creches e asilos – utilizam imóveis do Estado.

Esses imóveis, quer o governo colocá-los de forma a que deles se pague aluguel. No final das contas, o governo, o governador Pimentel vai querer cobrar aluguel das Apaes que utilizam imóveis estaduais, vai querer cobrar aluguel das prefeituras que utilizam imóvel estadual, vai querer cobrar aluguel de um asilo que utiliza um imóvel estadual, para que o ajudem a bancar a conta anual de R\$700.000.000,00 que o Estado passará a ter apenas para pagar aluguel de imóveis que são seus.

O meu grande desafio com esse projeto é fazer as pessoas entenderem. O governo do Estado quer passar a pagar aluguel de mais de 5 mil imóveis que são do Estado. Hoje o Estado paga R\$80.000.000,00 de aluguel por ano. É o gasto que o governo tem com aluguel, mas passará a ter um gasto de R\$700.000.000,00, quase 10 vezes mais do que tem hoje. Mas não será com aluguel de prédios de terceiros, mas do próprio governo. Um gasto que não há necessidade de se fazer. Mas faz isso para tentar atrair investidores para comprar ativos de um segundo fundo, onde estão cerca de 1.300 imóveis do Estado que não estão ocupados. No final das contas, o governo estará criando uma dívida de mais de R\$30.000.000.000,00 em aluguel pelos próximos 50 anos, para arrecadar agora R\$4.000.000.000,00 ou R\$5.000.000.000,00.

E muita gente desinformada pode pensar que isso é um ótimo negócio, porque pegará R\$5.000.000.000,00 agora e investirá no Estado, na saúde; vai melhorar a saúde, a educação; da infraestrutura, então, nem se fala – sendo que o governo estadual não está passando nem o que é obrigado por lei para a saúde. Minha gente, acabei de citar no início do pronunciamento que no ano passado o governo buscou R\$5.000.000.000,00 dos depósitos judiciais. Alguém viu a cor desse dinheiro? Alguém viu a evolução na saúde, na educação, na segurança, na infraestrutura do Estado por conta desse dinheiro? Eu desafio um deputado que me levante uma obra fruto desses R\$5.000.000.000,00 que o governo tomou dos depósitos judiciais.

Vou conceder aparte a V. Exa., deputado André Quintão, pois sabia que V. Exa. se levantaria. V. Exa. tem uma missão árdua em 2017, e que o Atlético nos traga muitas alegrias, porque V. Exa. já está vivendo muitos dissabores aqui dentro ao ter de defender um governo que está se posicionando de maneira indefensável. É impossível defender um governo desses.

Mas, antes de lhe conceder o aparte, gostaria de dizer que, além dos R\$5.000.000.000,00 dos depósitos judiciais, ele buscou R\$2.000.000.000,00 vendendo a folha dos servidores do Estado, que é uma jogada interessante, essa eu não questiono. Mas onde estão esses R\$2.000.000.000,00? Melhoraram a vida de alguém lá em São Gonçalo do Rio Abaixo, lá em Teófilo Ottoni, lá em Joaíma, lá em Araçuaí, lá em São João del-Rei, lá em Montes Claros? Não. Passou a pagar em dia o salário dos servidores estaduais? Não. A dívida do Estado com a União está sem ser paga desde fevereiro do ano passado. O governo pagava R\$400.000.000,00 por mês. Vou fazer uma conta como se não houvesse 12 meses, mas 10 meses, para que a conta fique mais clara, e todos entendam. Mais de R\$4.000.000.000,00 foram economizados pelo Estado só porque foi autorizado a não pagar a dívida com a União. Onde estão esses R\$4.000.000.000,00?

Melhoraram a infraestrutura de São Gonçalo do Rio Abaixo, a saúde de Guanhães ou a segurança de Sete Lagoas? Só aí foram: R\$4.000.000.000,00 da dívida com a União, que não foram pagos; R\$2.000.000.000,00 do que venderam; mais R\$5.000.000.000,00 dos depósitos judiciais, totalizando R\$11.000.000.000,00. E o orçamento que os senhores e todos nós votamos no ano passado ainda trouxe para este ano um déficit de mais R\$8.000.000.000,00! Agora o governo quer nos convencer de que essa negociação de ativos imobiliários vai resolver o problema do Estado? O valor de R\$4.000.000.000,00 ou de R\$5.000.000.000,00 vai resolver o quê? Vai é trazer mais dívida para os mineiros, porque esse governador, rapidamente, daqui a alguns dias ou, no mais tardar, em um ano e meio, vai sair do governo e deixar a conta para o cidadão mineiro. É esse cidadão que vai pagar o custo anual de R\$700.000.000,00 com um aluguel que hoje o Estado não tem de pagar.

Antes de conceder aparte ao deputado André Quintão, gostaria de dizer que, com esses R\$700.000.000,00 anuais que o Estado vai passar a pagar por imóveis que são dele mesmo, ele construiria, por ano, 200 escolas e 20 hospitais, cada um no valor de R\$35.000.000,00, e adquiriria 14 mil viaturas policiais e 3.500 ambulâncias. Vejam, senhoras e senhores prefeitos, que têm batido às portas dos nossos gabinetes pedindo ambulâncias, em razão da maneira como encontraram os seus municípios em 1º de janeiro, se já está difícil conseguir uma ambulância, vai ficar pior, porque o dinheiro com que poderíamos comprar 3.500 ambulâncias por ano será utilizado para o Estado pagar para si mesmo, de aluguel, R\$700.000.000,00.

Como fiz um desafio, concedo aparte a V. Exa., para que nos cite uma melhoria sequer.

O deputado André Quintão (em aparte)* – Obrigado pelo aparte, deputado Gustavo Valadares.

Eu teria dissabor se estivesse advogando por um governo ou partido que defendesse a aposentadoria da mulher, inclusive da trabalhadora rural, aos 65 anos; a jornada de trabalho de 12 horas; a terceirização; e o tempo mínimo de 49 anos de contribuição para a aposentadoria, como medidas de ajuste fiscal. Aí, sim, V. Exa. pode ter certeza de que este deputado não estaria defendendo essas medidas, ainda que fossem propostas por governos do meu partido.

Agora, acho que uma saída criativa, ousada, que disponibiliza imóveis ociosos, de um lado, e coloca os que estão sendo utilizados no fundo, com a garantia de que a prestação de serviço vai continuar e de que não vai haver a privatização – como na Cemig, por exemplo – é perfeitamente compatível com o interesse do Estado de Minas Gerais.

No caso dos precatórios, deputado Gustavo Valadares, vou mencionar uma obra social que beneficiou os 853 municípios, entre eles Coluna, Morro do Pilar, São João Evangelista e tantos outros: o pagamento do Piso Mineiro da Assistência Social de maneira regular e automática – a execução orçamentária foi de 100% em 2015, por exemplo; em 2014, foi de 14%. Para V. Exa. não achar que estou puxando a brasa para a minha sardinha pelo período em que, com muita honra, estive à frente da Sedese, cito também uma obra física: a ordem de serviço para o asfaltamento de Ijicatu a Virgem da Lapa, uma reivindicação histórica do Vale do Jequitinhonha – aliás, V. Exa. teve a oportunidade de nos acompanhar a Virgem da Lapa, em audiências desta Assembleia. Poderia citar inúmeras outras obras resultantes disso. Mas, mais do que isso, o servidor público, ainda que de maneira parcelada nos últimos meses, recebe o seu salário, quando há estados, como bem sabe V. Exa., que não pagam há dois ou três meses e sequer pagaram o 13º salário.

Vou ficar nisso, mas gostaria de discutir o conteúdo desses projetos não apenas em um aparte, mas em um debate maior.

O deputado Gustavo Valadares* – Até chamo V. Exa. para fazermos essa discussão – quem sabe – pelo art. 70, na 2ª Fase da reunião.

Para finalizar, Sr. Presidente, veja a que ponto chegou o líder do PT, o líder do governo nesta Casa. Ele tem de exaltar que o governo que ele defende está pagando o salário do servidor em três vezes, mas dentro do mês. Meu Pai do céu! Na nossa época, pagava-se no 5º dia útil, e o 13º salário era pago até o meio do mês de dezembro. Ele está defendendo que paga em três parcelas dentro do mês; além disso, que há estado que está dando calote.

Deputado André, se o PT não sair do governo, rapidamente chegaremos ao que é hoje o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. Se o governador continuar, de maneira populista, dizendo que aqui não fará a reforma da previdência, pior ainda ficaremos. Esse governador deveria ter o mínimo de responsabilidade. Aliás, pensando não nele, porque daqui a pouco não estará nem aí, mas, sim, nos filhos e nos netos que estão por vir. Por conta disso, o mínimo de responsabilidade ele deveria ter. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire* – Sr. Presidente, caros colegas deputados, funcionários desta Casa e telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, subi aqui, como sempre faço, para falar sobre outro assunto. Mas eu estava ali comentando com o deputado André que o parlamentar que me antecedeu se esqueceu de dizer que os governantes de São Paulo, inclusive do partido dele, estão vindo a Minas, porque querem saber que ideia interessante é essa para levarem-na para São Paulo.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Só uma deferência rápida. Eu sabia que esse assunto viria à tona. A questão de São Paulo é que o estado quer vender imóveis que não são dele e deixar de pagar aluguel. Aqui é diferente: o governo quer pagar aluguel de imóvel que é dele. Essa é a diferença do projeto de São Paulo, do PSDB de São Paulo, para o daqui.

O deputado Doutor Jean Freire* – Diferente de outros que vieram aqui tentar aprender sobre choque de gestão e déficit zero. De déficit zero não teve nada.

Como o deputado André já falou, é num momento de crise que vemos onde estão os bons gestores. E não transformamos o Estado, não o levamos à situação em que se encontra o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul e o Espírito Santo. Aliás, parlamentares

desses estados já estiveram aqui para saber sobre a questão da dívida. O deputado citou que não estamos pagando a dívida da União. Não temos de pagá-la mesmo, pois quem nos deve é a União.

O deputado André lembrou muito bem algumas questões. O deputado perguntou se ao Vale do Jequitinhonha, ao Norte e ao Nordeste chegou alguma benfeitoria. Sabemos, deputado Paulo Guedes, que é preciso chegar muita coisa ao Norte e ao Nordeste – isso historicamente. Foi citada aqui pelo companheiro André aquela estrada de Virgem da Lapa a Ijicatu. Neste momento de crise, nós, do Vale do Jequitinhonha, estamos presenciando uma obra de tamanha importância para aquele povo, que, durante décadas e décadas, passou despercebida. Aliás, despercebida não, pois, na verdade, não a fizeram, não a levaram até o povo; despercebida não, porque sabiam que lá estava.

Na semana passada, tive a oportunidade de andar pelo Vale do Mucuri e do Jequitinhonha com a Dra. Sinara, presidenta da Copasa. É o governo tendo a coragem de ir aonde os problemas estão, de conhecê-los e de dialogar com seus funcionários e servidores. Quero parabenizar a Copasa e a Dra. Sinara por esse belíssimo trabalho que realizou e por assinar a ordem de serviço em Almenara.

Então, perguntam: “Chegou alguma benfeitoria? Não!?”. Chegou, sim. Estão chegando algumas coisas, sim. É verdade que ainda não é aquilo que esperamos. Mas temos de saber, deputado André, que estamos em crise, que o País está em crise. Vemos aí o nosso governador indo aonde o povo está.

Nunca, na história do Vale do Jequitinhonha, um governador, em dois anos, esteve presente 11 vezes para ouvir, debater e levar benfeitorias àquele povo.

O deputado Paulo Guedes (em aparte)* – Permita-me um aparte, deputado Doutor Jean Freire, primeiro para parabenizá-lo pela sua fala, pela sua coragem, pela sua determinação em defesa do nosso povo das regiões Norte e Nordeste de Minas, especialmente do Jequitinhonha.

Deputado Doutor Jean Freire, neste aparte gostaria de discordar plenamente do deputado Gustavo Valadares, que, ao sair desta tribuna, pediu para que se faça reforma da previdência em Minas. Chega, Gustavo Valadares! Basta o que vocês já estão fazendo no Brasil com o golpe que aplicaram Aécio, Anastasia e agora o Temer, que está tomando todos os direitos dos nossos trabalhadores, rasgando a Constituição, e que, a cada dia, tira um programa importante do nosso povo brasileiro, cortando recursos dos programas sociais.

Inclusive, Doutor Jean Freire, quero esclarecer a fala aqui de um colega deputado na semana passada. Ele disse que o programa Leite pela Vida não estava chegando às cidades de Minas Gerais porque o Idene não estava prestando contas. Ora, isso não é verdade, Doutor Jean Freire. É uma mentira! Realmente estamos com um problema de desabastecimento do programa Leite pela Vida, mas o motivo é claro: o não repasse de recursos do governo golpista.

Para se ter uma ideia, o programa, que foi criado pelo presidente Lula, chegou a distribuir 52.000.000 de litros por ano em 2006, sempre nessa média, mas ela caiu um pouco nos últimos anos devido à seca. Não por falta de dinheiro, mas por falta do produto, porque o produtor não produzia com a seca. Mesmo assim, em 2015, entregamos, em média, 81.760.000 de litros por dia, o que deu mais de R\$49.000.000,00 investidos no ano de 2015.

Em 2016 tivemos um calote a partir da entrada do Michel Temer. O governo federal repassou ao Idene apenas R\$17.000.000,00 neste ano. Desse valor, mais de R\$11.000.000,00 foram repassados nos três meses que a presidenta Dilma ainda estava no poder. Depois que o golpista chegou lá, o calote começou a ser aplicado, e eles passaram apenas R\$6.000.000,00 em nove meses. Em 2017, eles não mandaram R\$1,00 sequer referente ao programa deste ano.

Essa é a grande verdade que tem de ser esclarecida aqui, porque é assim que eles fazem: golpeiam, tomam o poder, retiram os direitos trabalhistas, acabam com a CLT e ainda querem acabar com os direitos dos trabalhadores na reforma da previdência e cortam recursos dos programas sociais. Fique atento, povo de Minas Gerais e do Brasil. Temos de tirar esses golpistas do poder o mais

rápido possível porque, senão, cada vez mais, Doutor Jean Freire, vão tirar mais direitos do povo. É isto o que eles querem fazer: perseguir o povo, pois só administram para uma pequena minoria.

O deputado Doutor Jean Freire* – Obrigado, deputado Paulo Guedes.

Subi nesta tribuna, Sr. Presidente, para tecer alguns comentários sobre um fato que ocorreu alguns dias atrás. O deputado federal Bolsonaro, talvez achando que, por ser um parlamentar, pode usar a imunidade parlamentar para dizer algumas asneiras, algumas covardias, algumas idiotices, disse isso, meus caros pares, no espaço de uma comunidade judaica. Logo numa comunidade judaica, de um povo que sofreu muitas perseguições. Não sei qual medida usar para dimensionar a idiotice, a mediocridade, a arrogância desse deputado.

Ele dizer que já esteve numa comunidade quilombola? Duvido que ele já esteve numa comunidade quilombola. Não é espaço de gente que pensa como ele. Desrespeitar, procurar ridicularizar esses companheiros, irmãos que muito contribuíram e muito contribuem com este país?

Esse deputado já é conhecido por dizer tanta besteira e por ter, nas redes sociais, pessoas que o seguem. Teve a coragem de dizer, companheiros, que aquele povo não trabalha; que o de menor peso que ele viu pesaria sete arrobas. Sete arrobas é o peso da ignorância dele, da covardia dele. Quero ver e o convido a ir a comunidades quilombolas. Vamos a São Julião, diga isso na frente dos quilombolas; vamos ao Arraial dos Crioulos, em Araçuaí, diga isso na frente deles; vamos a Santo Isidoro, onde tive a felicidade de estar no domingo, inaugurando a água que está sendo captada, uma obra deste governo do Estado para aquele povo, que há décadas sofria com a questão do convívio com a seca. É corajoso? Vá lá e diga isso a eles. É corajoso para fazer declarações em relação aos homossexuais? Vá lá, deputado, na Avenida Paulista, na Parada Gay e diga isso se o senhor é corajoso. Só porque acha que é militar?

Quero aqui fazer uma ressalva. Tenho certeza absoluta que a maioria dos militares não pensa como esse deputado. Tenho certeza, seja em qualquer estado, seja no Exército, na Aeronáutica, na Marinha, de que não pensam como ele.

Isso tem sido o de pior na política brasileira. Podemos ter e temos companheiros, deputados, políticos, oposições que pensam de um jeito, e outros, de outro. O contraditório, companheiro deputado João Leite, é válido. Enriquece muito as pessoas.

Convido esse deputado a passar um dia numa comunidade quilombola. A ir lá na Aldeia Cinta Vermelha, em Araçuaí, para passar um dia. Ele vai aprender muito. Ele vai aprender como ter dignidade, ele vai aprender como respeitar os outros, ele vai aprender como respeitar a diversidade, como respeitar os que mais precisam.

É chocante, deputado Geraldo Pimenta. Eu não gostaria de usar este espaço, não deveria ser necessário, mas não devemos, Sr. Presidente, acovardar-nos em colocar nossa posição. Não devemos nos acovardar. Estou entrando com um requerimento nesta Casa, e peço aos companheiros deputados que o assinem, para uma moção de repúdio. Que esta Casa faça uma moção de repúdio às falas que esse deputado tem feito.

Nesse mesmo momento ele disse que teve cinco filhos, fraquejou no quinto, veio uma mulher. São inúmeras e inúmeras as idiotices que esse senhor faz. E usando, muitas vezes, o espaço parlamentar, que deve ser usado para que possamos crescer, para lutar por políticas públicas para todos, seja para negros, seja para brancos, seja para mulheres, seja para homens. Somos, Sr. Presidente, iguais e, ao mesmo tempo, somos diferentes. E temos de respeitar todas as diferenças.

Esse deputado disse que existem grandes riquezas debaixo dos territórios indígenas. Existem, é verdade. Há grandes riquezas debaixo desses territórios e de tantos outros que estão nas mãos de latifundiários. Mas a maior riqueza não está abaixo desses territórios, está acima deles. A maior riqueza de um território quilombola é o povo quilombola que vive nele. A maior riqueza de um território indígena é o povo indígena que vive nele. Então, Sr. Deputado, tenho nojo dessas suas declarações.

Se perguntarmos às pessoas se elas são racistas, a maioria absoluta dirá que não é. Mas, se perguntarmos se o Brasil é racista, a maioria dirá que sim. Então tenha consciência de que existe racismo, tenha consciência de que não o respeitamos. Conclamo

cada jovem, cada mulher e cada homem de bem a lutar contra esses que surgem tentando ser o rei da Pátria. Não podemos concordar com elementos como esse, seja de que lado partidário for, seja de que partido for. Não podemos aceitar essas declarações em nossa sociedade. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, caros colegas.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 17/4/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Elisiane Gomes Lara, padrão VL-20, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Luiz Humberto Carneiro;

exonerando Geovane Bezerra de Lacerda, padrão VL-28, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado André Quintão;

exonerando Maria Aparecida Soares Dias, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gil Pereira;

exonerando Roberto Bastianetto, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Aline Romana da Silveira e Souza, padrão VL-14, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Santana;

nomeando Antonio Vieira Filho, padrão VL-10, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis;

nomeando Carmem Andrade Melles, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Cleber Hilgert, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio;

nomeando Cristiane Cherubino Ferreira, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

nomeando Elisiane Gomes Lara, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Emersson dos Santos Reis, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Eugenio Carlos de Paula, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Geovane Bezerra de Lacerda, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Melhor;

nomeando Mariza Lemos de Souza, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

nomeando Rebeca Costa Brandão, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bonifácio Mourão;

nomeando Roberto Bastianetto, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Mário Henrique Caixa.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da

Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 4 de abril de 2017, a servidora Vania Aparecida Ferreira, CPF nº 462.663.726/49, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-46, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

DECISÃO DO DIRETOR-GERAL

Pregão Presencial nº 13/2017

Processo no Portal de Compras nº 1011014 026/2017

Em 12/4/2017, o diretor-geral da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decide pela revogação do Pregão Presencial nº 13/2017, que tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios, com base nas razões contidas nas atas das 32ª e 43ª reuniões da pregoeira e sua equipe de apoio, datadas de 21/3 e 10/4/2017, respectivamente, constantes às fls. 74 e 95 dos autos.



ERRATA

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/4/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 13/4/2017, na pág. 35, onde se lê:

“Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.688 a 7.690, 7.692 a 7.694, 7.696, 7.832 e 7.691/2017, este último com a Emenda nº 1 (relator: deputado Antônio Jorge).”, leia-se:

“Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.688 a 7.690, 7.692 a 7.694, 7.696 e 7.691/2017, este último com a Emenda nº 1 (relator: deputado Antônio Jorge). É recebido, submetido à votação e aprovado o Requerimento nº 7.832/2017, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja realizada visita ao secretário de Estado de Saúde para debater questões da saúde pública no Estado.”.